



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 171412 - DF (2020/0073556-0)

**RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS**

**SUSCITANTE : JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DE BRASÍLIA - DF**

**SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL DE SANTO ANDRÉ - SP**

**INTERES. : JUSTIÇA PÚBLICA**

**INTERES. : EM APURAÇÃO**

### DECISÃO

Trata-se de conflito negativo de competência instaurado entre o **Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal de Brasília - DF**, suscitante, e o **Juízo de Direito da 4ª Vara Criminal de Santo André - SP**, suscitado.

Cingem-se os autos à definição da competência para apurar a prática de estelionato, previsto no artigo 171, *caput*, do Código Penal, figurando como vítima Muhammad Melo Abu Hamra.

Discute-se, no presente incidente, se a competência é do Juízo do local onde houve a obtenção da vantagem indevida (agência para onde o valor é destinado) ou do Foro onde ocorreu o prejuízo da vítima (agência em que a vítima realiza transação bancária).

O Ministério Público Federal opinou pelo conhecimento do conflito e pela declaração da competência do Juízo suscitante.

**É o relatório.**

Decido.

Cumpra registrar, inicialmente, que este conflito negativo de competência deve ser conhecido, porquanto se trata de incidente estabelecido entre juízes vinculados a tribunais diversos, nos termos do art. 105, I, "d", da Constituição Federal, razão pela qual passo ao seu exame.

O art. 70 do Código de Processo Penal estabelece:

"Art. 70. A competência será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumar a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução."

Na presente hipótese, apura-se a eventual prática de estelionato praticado em desfavor da vítima Muhammad Melo Abu Hamra, residente em Brasília/DF, que acreditou estar adquirindo um veículo Amarok/VW, no *site* "mercadolivre", pelo valor de R\$ 100.000,00. Após efetuar a **transferência bancária** do numerário para a conta bancária indicada (localizada em Santo André/SP), porém, descobriu tratar-se de golpe.

Nos termos da orientação jurisprudencial desta Corte Superior, " ... na situação em que a vítima, induzida em erro, se dispõe a efetuar depósitos em dinheiro e/ou transferências bancárias para a conta de terceiro (estelionatário), a obtenção da vantagem ilícita por certo ocorre quando o estelionatário efetivamente se apossa do dinheiro, seja dizer, no momento em que ele é depositado em sua conta. (CC 167.025/RS, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 14/08/2019, DJe 28/08/2019, grifou-se)

Confira-se a ementa que espelha a atual jurisprudência da Casa:

"PENAL E PROCESSO PENAL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. INQUÉRITO POLICIAL. ESTELIONATO. DEPÓSITO EM DINHEIRO E TRANSFERÊNCIA DE VALORES, PELA VÍTIMA,

PARA CONTA CORRENTE DO SUPOSTO ESTELIONATÁRIO, COM O OBJETIVO DE ADQUIRIR CARTA DE CRÉDITO DE CONSÓRCIO DE AUTOMÓVEL QUE JAMAIS VEIO A SER ENTREGUE. COMPETÊNCIA DO LOCAL EM QUE SE AUFERIU A VANTAGEM INDEVIDA: LOCAL DA CONTA PARA A QUAL FOI TRANSFERIDO O DINHEIRO.

1. Nos termos do art. 70 do CPP, a competência será de regra determinada pelo lugar em que se consumou a infração e o estelionato, crime tipificado no art. 171 do CP, consuma-se no local e momento em que é auferida a vantagem ilícita.

De se lembrar que o prejuízo alheio, apesar de fazer parte do tipo penal, está relacionado à consequência do crime de estelionato e não à conduta propriamente. De fato, o núcleo do tipo penal é obter vantagem ilícita, razão pela qual a consumação se dá no momento em que os valores entram na esfera de disponibilidade do autor do crime, o que somente ocorre quando o dinheiro ingressa efetivamente em sua conta corrente.

**2. Há que se diferenciar a situação em que o estelionato ocorre por meio do saque (ou compensação) de cheque clonado, adulterado ou falsificado, da hipótese em que a própria vítima, iludida por um ardil, voluntariamente, efetua depósitos e/ou transferências de valores para a conta corrente de estelionatário.** Quando se está diante de estelionato cometido por meio de cheques adulterados ou falsificados, a obtenção da vantagem ilícita ocorre no momento em que o cheque é sacado, pois é nesse momento que o dinheiro sai efetivamente da disponibilidade da entidade financeira sacada para, em seguida, entrar na esfera de disposição do estelionatário. Em tais casos, entende-se que o local da obtenção da vantagem ilícita é aquele em que se situa a agência bancária onde foi sacado o cheque adulterado, seja dizer, onde a vítima possui conta bancária.

**Já na situação em que a vítima, induzida em erro, se dispõe a efetuar depósitos em dinheiro e/ou transferências bancárias para a conta de terceiro (estelionatário), a obtenção da vantagem ilícita por certo ocorre quando o estelionatário efetivamente se apossa do dinheiro, seja dizer, no momento em que ele é depositado em sua conta.** Precedentes: CC 161.881/CE, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, Terceira Seção, julgado em 13/03/2019, DJe 25/03/2019; CC 162.076/RJ, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, Terceira Seção, julgado em 13/03/2019, DJe 25/03/2019; CC 114.685/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Seção, julgado em 09/04/2014, DJe 22/04/2014; CC 101.900/RS, Rel. Ministro JORGE MUSSI, Terceira Seção, julgado em 25/08/2010, DJe 06/09/2010; CC 96.109/RJ, Rel.

Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, Terceira Seção, julgado em 26/08/2009, DJe 23/09/2009.

3. Tendo a vítima efetuado um depósito em dinheiro e duas transferências bancárias para duas contas correntes vinculadas a agências bancárias situadas na cidade de São Bernardo do Campo/SP, é de se reconhecer a competência do Juízo de Direito de São Bernardo do Campo/SP para conduzir o inquérito policial.

4. Conflito conhecido, para declarar a competência do Juízo da 5ª Vara Criminal de São Bernardo do Campo/SP, o suscitado.

(CC 167.025/RS, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 14/08/2019, DJe 28/08/2019, grifou-se)"

Na caso em apreço, o suposto crime ocorreu mediante transferência bancária, realizado pela vítima em Brasília/DF, e destinado a conta corrente situada em Santo André/SP (e-STJ, fls. 88-90).

Logo, segundo o entendimento acima delineado, a competência é do Juízo suscitado (Santo André/SP), local da obtenção da vantagem indevida.

Ante o exposto, **conheço** do conflito para determinar a competência do Juízo de Direito da 4ª Vara Criminal de Santo André/SP, o suscitado.

Comunique-se. Publique-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal e, oportunamente, encaminhem-se os autos ao Juízo competente.

Brasília, 01 de abril de 2020.

Ministro Ribeiro Dantas  
Relator